

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.442.070 - SP (2019/0027279-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : SAGANA SHIPPING INC.,  
**ADVOGADO** : LUIZ ROBERTO LEVEN SIANO - RJ094122  
**ADVOGADOS** : FABIANA SIMOES MARTINS E OUTRO(S) - RJ095226  
TAINÁ MAGALHÃES DOS SANTOS - RJ162414  
MARCOS SIMÕES MARTINS FILHO - RJ176782  
**AGRAVADO** : OCEAN SAFER MONITORAMENTO AMBIENTAL LTDA  
**ADVOGADOS** : CRISTINA CHRISTO BAHOV E OUTRO(S) - SP112054  
ALEX CHRISTO BAHOV - SP263782

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra a decisão que inadmitiu o recurso especial interposto por SAGANA SHIPPING INC. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*" AGRADO INTERNO. Embargos de Terceiro. Decisão monocrática que julgou prejudicado o recurso de agravo de instrumento interposto. Irresignação da parte agravante que nada trouxe de novo aos autos para a modificação da decisão recorrida. Recurso não provido" (fl. 466 e-STJ).*

Nas razões do recurso especial, a agravante alegou violação dos arts. 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015 e 479 do Código Comercial.

Sustentou, em preliminar, que apesar da oposição de embargos declaratórios, o tribunal estadual manteve-se omisso quanto às seguintes questões:

(a) relativamente ao art. 302, III, do Código de Processo Civil de 2015, pois o reconhecimento da proibição de arresto de navio na hipótese do art. 479 do Código Comercial permite a verificação da responsabilidade objetiva por dano processual pelo período que o navio ficou arrestado (*wrongful arrest*);

(b) quanto ao art. 422 do Código Civil, visto que a interpretação de que não há interesse no reconhecimento da proibição do arresto do navio depois de prestada a garantia viola a boa-fé objetiva, e

(c) em relação aos arts. 4º e 1.021, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015, porque deve ser privilegiada a decisão de mérito e é vedado ao acórdão repetir os argumento da decisão monocrática.

No mérito, aduz a impossibilidade de arresto de navio carregado com mais de 25% (vinte e cinco por cento) de sua carga a bordo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Com as contrarrazões e inadmitido o recurso na origem, sobreveio o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

## **DECIDO.**

Verifica-se que estão presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo.

Por tal motivo, e por entender que a matéria merece melhor exame, dou provimento ao agravo para determinar a sua reautuação como recurso especial, nos termos do art. 34, inciso XVI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator